

Concursos mantidos até o ano 2000

Estabilidade no emprego é o maior atrativo da carreira de funcionário público. Certo? Errado. Depois que o governo anunciou a demissão de 33 mil servidores públicos da União, a tal vantagem começou a ser questionada. Mas, enquanto uns estão apreensivos com os cortes do governo, uma outra parcela pode ficar despreocupada. As carreiras estratégicas de Estado como auditores fiscais serão preservadas, assim como os concursos pa-

ra estes cargos e os concursados já aprovados.

Segundo o Ministério da Administração, o arrocho no funcionalismo se restringe apenas aos servidores públicos não-estáveis, aqueles contratados entre 1983 e 1988. Os cortes, que devem ser anunciados em janeiro, vão atingir o pessoal das atividades chamadas áreas do meio, que dão suporte administrativo ao serviço público. A maioria dos servidores não-estáveis trabalha em fundações fede-

rais, como a Fundação Nacional de Saúde, a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Escola Nacional de Administração Pública, a Fundação Roquete Pinto e o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan).

Todos os concursos continuarão sendo oferecidos até o ano 2000. Segundo o Ministério da Administração, a abertura de concursos está voltada para a contratação de profissionais das chamadas carreiras de estado, cujas tarefas normalmente

são exercidas apenas pelo setor público. As seleções portanto, não incluem cargos de apoio. A idéia é reforçar os quadros de setores da administração que têm função fiscalizadora, como o de fiscais da Receita, da Saúde e do INSS.

Em 1997, foram abertas 2.975 vagas em 23 cargos da área federal e o Ministério da Administração garante que os concursados aprovados estão com suas vagas garantidas. A espera agora é para o próximo ano,

quando serão realizados mais 22 concursos para preencher 2.095 vagas, entre elas as de delegados de polícia, analista de orçamento e técnico do Tesouro Nacional.

Os cursinhos preparatórios para estes concursos não se abalaram com a medida do governo. "Acredito que depois que a crise passar, o número de vagas vai até aumentar", espera a coordenadora pedagógica do Obscursos, no Centro. Nem mesmo os pretendentes aos cargos públicos in-

timidaram-se com o pacote fiscal do governo. A assessora cultural Míriam Rose da Costa, que já prestou dois concursos, segue agora para o terceiro. "Eu e muitos colegas temos isso como a última esperança", diz.

Para os servidores que serão demitidos, resta a esperança de a promessa do governo se consolidar: segundo o Ministério da Administração, eles devem receber indenizações equivalentes a um salário por cada ano trabalhado.